

## **A PRODUÇÃO DO TERRITÓRIO DE SENADOR CANEDO (GO) NUMA PERSPECTIVA GEOGRÁFICA**

Gustavo Henrique Mendonça<sup>1</sup>  
Teccer – UEG – Câmpus de CSEH  
Email: [geografia.gustavo@yahoo.com.br](mailto:geografia.gustavo@yahoo.com.br)

Janes Socorro da Luz<sup>2</sup>  
Orientadora  
[jnsluz@hotmail.com](mailto:jnsluz@hotmail.com)

### **INTRODUÇÃO**

O presente trabalho é um recorte da dissertação intitulada: **Senador Canedo (GO): A Apropriação do Território e a Construção do Espaço Urbano Multiescalar**. A dissertação encontra-se em fase de finalização e os resultados apresentados poderão sofrer modificações, alterações ou releituras até o final da pesquisa.

A pesquisa realiza uma análise do território de Senador Canedo (GO) na escala intra e interurbana, e busca uma tentativa de caracterizar o rápido crescimento demográfico do município e os agentes que contribuíram e contribuem para a efetivação deste processo, bem como perceber a inserção do município na Região Metropolitana de Goiânia (RMG), e discutir as transformações espaciais decorrentes deste processo, tanto na escala local, quanto regional/nacional.

Propõe-se como questão central compreender as relações entre o rápido crescimento populacional e do espaço urbano. Questões como leitura do território e sua produção, a produção do espaço urbano, evidenciando os agentes que o promovem e uma maior leitura da cidade e seus arranjos internos e externos fundamentam a pesquisa que se articula à linha de pesquisa sobre as Dinâmicas Territoriais no Cerrado e ao grupo temático que analisa as questões sobre sistemas, cidades e habitat, no que tange ao eixo Goiânia-Anápolis-Brasília do Mestrado em Ciências Sociais e Humanidade da Universidade Estadual de Goiás.

Neste sentido, cabe ressaltar ainda que a contribuição deste estudo se pauta na compreensão de algumas questões inerentes ao processo de ocupação do território canedense, e que requerem uma fundamentação teórica pautado na produção do Território, fazendo-se a partir de teorias empregadas por Raffestin (1980), Hasbaert (2012), Luz (2009), Santos (2009) Santos e Silveira (2001), Souza (1995) e Valverde (2004).

No que tange a percepção da cidade e do espaço urbano nas suas diversas escalas e na sua

<sup>1</sup> Acadêmico do Mestrado em Ciências Sociais e Humanidades – TECCER – UEG – Câmpus de CSEH. Bolsista UEG.

<sup>2</sup> Professora do Mestrado em Ciências Sociais e Humanidade – TECCER – UEG – e do Curso de Licenciatura em Geografia do Câmpus de CSEH - UEG.

produção e reprodução, autores como Alencar (20014), Carlos (2013), Corrêa (1995), Lencione (2013), Lima (2007, 2010), Souza (1995) e Visconde (2002) contribuíram e contribuirão teoricamente para essa leitura, que procura entender a cidade nos seus diversos arranjos e rearranjos.

## **OBJETIVO(S)**

O objetivo central da pesquisa é a buscar uma melhor compreensão da dinâmica de apropriação do território na dimensão local e regional, destacando o processo de (re) produção do espaço urbano em uma perspectiva multiescalar. Dessa maneira subteme-se que há uma maior necessidade de analisar o processo de formação territorial do município, bem como evidenciar os agentes políticos e econômicos que contribuíram no processo e (re) produção do espaço urbano, destacando os principais agentes políticos e econômicas que contribuem para a dinâmica territorial que se estabelece em Senador Canedo.

Faz-se necessário caracterizar as múltiplas relações econômicas e políticas que contribuem para a inserção regional do município de Senador Canedo na RMG e discutir as transformações do quadro socioespacial que influem na dinâmica local a partir das relações que estabelecem nas escalas que vão do local ao regional/nacional.

## **METODOLOGIA**

O método utilizado para compor essa análise é o dialético, por ser um método que aceita de uma análise crítica e um posicionamento do pesquisador e reconhece as contradições que se estabelecem na reprodução do território. Rudio (2007) contribui neste sentido, ao expressar que esta proposta metodológica oferece ao pesquisador a oportunidade de se manifestar e se expressar.

Além disso, a pesquisa científica corresponde a uma elaboração de forma consciente e organizada dos procedimentos que irão levar à reflexão. Assim, segundo o referido autor, o método é o caminho a ser percorrido, do começo ao fim, por fases ou etapas. E como a pesquisa tem por objetivo um problema a ser resolvido, o método serve de guia para o estudo sistemático do enunciado, compreensão e busca de solução do referido problema (RUDIO, 2007, p. 17).

Outros passos metodológicos utilizados foram a pesquisa bibliográfica e documental, na busca pela melhor teorização e reconstrução do processo de apropriação territorial, com atualizada busca técnica de dados que contribuam e contribuíram para o enriquecimento deste trabalho, realizada em órgãos e departamentos público e privados, e realização de trabalho de campo, no intuito de melhor conhecer área da pesquisa.

## **RESULTADOS E DISCUSSÃO**

A urbanização brasileira é um fenômeno recente, que ganha força e é vivido com mais intensidade a partir da década de 1940. Santos e Silveira (2001, p. 279) destacam que no final do

século XX “[...] as novas fronteiras econômicas se ampliam, mais áreas são ocupadas e pode-se mesmo dizer, como já o fizemos, que o território brasileiro está inteiramente apropriado”. As mudanças políticas ocorridas no país contribuíram para esse aspecto, advenços que perpassam por novos planos de metas do governo, colaboraram com o processo. Cabe citar medidas do governo de Getúlio Vargas ainda na década de 1930, que visava diminuir os vazios demográficos do território brasileiro e com isso colabora para o aumento dos fluxos migratórios, que acabam por contribuir com o processo de urbanização. A política da marcha para o Oeste é a maior responsável por dinamizar e moldar a configuração territorial brasileira.

A introdução das frentes modernas de ocupação marca a urbanização no Estado de Goiás e desenvolvem apenas a partir da década de 1960, quando se implantam as bases da produção agrícola moderna. E nesse momento a urbanização ganha destaque juntamente ao processo de metropolização do ponto de vista normativo, se firma na década de 1973, resultante do perfil demográfico nacional (Alencar, 2014, p. 20 – 21.).

A década de 1970 funcionou como um divisor de águas, o senso demográfico da década revelou 52.084.984 milhões de habitantes nas áreas urbanas e 41.054.053 milhões de habitantes em áreas rurais, com um total de habitantes no Brasil de 93.139.037 milhões de habitantes, o que comprova que a população Brasileira direcionava-se para áreas urbanas e experimentava o processo de urbanização, fenômeno recente no país (Santos, 2009).

A urbanização após a década de 1970 ganha três características diferentes e marcantes, pois:

[...] criou novos núcleos urbanos, que se concentraram principalmente às margens da rodovia Belém-Brasília, mormente na porção norte do estado, gerou a concentração populacional nos novos e em alguns antigos núcleos urbanos e; possibilitou a metropolização de Goiânia e Brasília [...]. (Anjos, 2009, p. 32)

Nesse contexto, os primeiros traços param se chegar à ideia da metropolização do espaço se delineiam no cenário urbano de Goiás. Lencioni (2013, p.17) entende que a metropolização se constitui como um processo socioespacial onde o território é profundamente transformado e metamorfoseado, pois implica numa série de alterações nas formas, estrutura e natureza.

A metropolização é aqui entendida como um processo de:

Integração do território a partir da cidade-núcleo, configurando um território ampliado, em que se compartilham funções de interesse comum. A metropolização expressa, portanto, a concentração de pessoas, investimentos, atividades e poder em uma cidade – ampliada ou em ampliação – que pode comandar território maior que a cidade-núcleo e desempenhar papéis de comando e de poder importantes no ordenamento regional e no território nacional. (Brasil, 2011 p.13)

Dessa maneira entende-se que a metropolização e urbanização são processos indissociáveis, e aparecem como problemática central dessa pesquisa, pois a urbanização combinada ao processo

Pirenópolis – Goiás – Brasil

20 a 22 de outubro de 2015

de metropolização dinamiza o espaço urbano e intraurbano e através disso o território sofre essa metamorfose e vem a se formar com redes e fluxos de pessoas, informações e mercadorias numa dinâmica territorial maior, com a área de influência aumentada que dá conteúdo à metrópole.

A primeira noção de Região Metropolitana (RM) no Brasil se dá ainda no período da Ditadura Militar. Segundo Anjos (2009) o texto da constituição brasileira de 1967, em seu artigo 157, § 10º, declarava que a união poderia estabelecer a criação das Regiões Metropolitanas, constituídas por municípios que tivessem a mesma comunidade socioeconômica e realizassem serviços de interesse comum. Após isso, na década de 1970, houve a criação do Lei nº 14 de 1973 que em seu artigo 1º traz o seguinte texto: “Ficam estabelecidas, na forma do art. 164 da Constituição, as regiões metropolitanas de São Paulo, Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife, Salvador, Curitiba, Belém e Fortaleza”. No ano de 1974, é criada a Região Metropolitana da cidade do Rio de Janeiro, através da Lei Complementar nº 20, de 1º de Julho de 1974.

Outro ponto de destaque do marco legal da criação das RM's no país se dá com o texto constitucional do ano de 1988. A nova constituição dá poder aos Estados de reconhecer aglomerados urbanos como RM. Frente a isso, várias Regiões Metropolitanas foram criadas, e isso sem critérios específicos. Quando cabia ao Governo Federal criar as RM's fatores como densidade demográfica, quantitativo populacional, processos de conurbação, capacidade de polarização e a diversificação de funções serviam de motivação para institucionalizar uma RM, já na atual situação, o interesse central dos estados, se faz apenas por elevar o status (de cidade à metrópole) do município ou capital envolvida.

Com a legitimidade garantida às unidade federativas do Brasil em institucionalizar uma RM, o processo de metropolização em Goiânia acontece, através da Lei Complementar 027 de Dezembro de 1999, onde configura-se o espaço metropolitano composto por 11 municípios. O item seguinte, traz uma discussão da formação territorial de Goiânia, sua emancipação política e como se dá o processo de formação da região metropolitana, bem como seu marco legal.

### **A Gênese da Região Metropolitana de Goiânia (RMG)**

Para entender a gênese da formação do espaço metropolitano goiano é necessário uma releitura da história de alguns municípios que muitas vezes tem sua história “apagada” ou mesmo sufocada pela história da capital goiana. A formação territorial da cidade de Goiânia tem início no ano de 1935, a partir de um decreto que estabelecerá a existência deste município. O território goianiense é formado a partir dos extintos municípios de Hidrolândia e Campinas, e parte do território de Anápolis, Bela Vista de Goiás e Trindade. O decreto Estadual de 03 de Agosto de 1935 estabelece Goiânia, já com esse nome, a categoria de município.

A consolidação da futura capital estadual inicia-se em 1936 e 1937, tendo como núcleo urbano Goiânia e a integração de seus primeiros distritos: Campinas, Aparecida, Hidrolândia, São Sebastião do Ribeirão e São Geraldo. Em 30 de março de 1938 o Decreto de Lei Estadual 557 transforma o distrito de Campinas em zona do distrito Sede, sendo assim, os distritos existentes em



## II CONGRESSO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO DA UEG

20 a 22 de Outubro de 2015  
Local: Câmpus – Pirenópolis

*Interdisciplinaridade e currículo:  
uma construção coletiva*



torno da sede (Goiânia e Campinas) eram: Aparecida, Hidrolândia, Ribeirão (antigo Santo Antônio do Ribeirão), e São Geraldo. Em 31/10/1938 o município de Goiânia adquire os territórios de Aparecida e Trindade através do Decreto-lei Estadual 1.233. Os distritos pertencentes a Goiânia passam a ser Hidrolândia, Ribeirão, Trindade e São Geraldo.

O Decreto-lei estadual nº 8.305 de 31/12/1943 gera um impacto muito grande considerando a configuração anterior, pois modificam bastante as estruturas vigentes, Goiânia adquiriu para o distrito de Grimpas (ex-Hidrolândia) parte do território do distrito-sede do município de Piracanjuba, e perdeu o distrito de Trindade e partes dos distritos de Goianira (ex-São Geraldo), transferidas para o distrito-sede do município de Inhumas e com isso seus distritos passam a ser conhecidos como Guapó (ex-Ribeirão que é ex- Santo Antônio do Ribeirão), Grimpas (ex-Hidrolândia) e Goianira (ex-São Geraldo).

As leis Estaduais seguintes elevam esses distritos à categoria de município. São elas a de nº 171, de 08-10-1948, que desmembra do município de Goiânia o distrito de Guapó. A lei estadual nº 223, de 05-10-1948 que desmembra do município de Goiânia o distrito de Grimpas que toma uma nova denominação e passa a se chamar Hidrolândia. E pela Lei Estadual de nº 239 de 31-03-1953 o distrito de Senador Canedo aparece pela primeira vez no cenário metropolitano, o ex-povoado passa a pertencer ao município de Goiânia.

Apesar de tantos decretos e modificações nas estruturas territoriais, tanto no campo físico, quanto legal, é possível notar uma tentativa de criação e (re) configuração do espaço metropolitano, com povoados, distritos e municípios no entorno de Goiânia. É somente no ano de 1988 que o distrito de Senador Canedo é elevado a categoria de município. A Cidade de Senador Canedo encontra-se nas imediações da Região Metropolitana de Goiânia (RMG), geograficamente, à leste da Capital. Por se encontrar na chamada RMG, Senador Canedo se submete, na maioria das vezes, as lógicas de (re) produção da vida urbana e lógica do capital central, ou seja, goianiense. Senador Canedo está localizado na Região Metropolitana de Goiânia e não, e não deve ser analisada individualmente, pois sofre influencia direta ou indireta da metrópole e está inserida numa lógica comum desta metrópole (Lima, 2010).

### **A Concepção Teórica de Território e a Formação de Senador Canedo (GO)**

As definições teóricas para o Território são múltiplas e geralmente podemos perceber uma enorme polissemia. No ímpeto da geografia especificamente, essa polissemia não acaba, é comum a leitura dessa categoria em variadas definições.

De início considerou-se algumas concepções básicas que se farão assertivas na análise. Haesbaert (2012) apresenta três vertentes básicas para uma melhor leitura do conceito; A concepção política, que se refere às relações de espaço-poder considerando as próprias relações jurídico-política ou de poder institucionalizado; A concepção Cultural, que prioriza a dimensão simbólica, das representações, do espaço vivido, é uma conceituação mais subjetiva, e a concepção econômica

Pirenópolis – Goiás – Brasil

20 a 22 de outubro de 2015



que enfoca a dimensão espacial das relações econômicas, onde o território é “fonte de recursos e/ou incorporado no embate entre classes sociais e na relação capital-trabalho, como produto da divisão “territorial” trabalho” (Haesbaert, 2012, p. 40).

Ao analisar conceitualmente o território, Luz (2009, p. 51) indica três pressupostos básicos. É entendido pela autora que a leitura conceitual de território deve se preocupar com alguns pontos, primeiro a distinção entre espaço e território, segundo que o território se constrói a partir das relações de poder e por último que o território possui uma dimensão objetiva e subjetiva, ponderando as relações políticas e materiais, de definições jurídicas, normativas. A formação do território se dá pela apropriação do espaço geográfico, onde as relações sociais são marcadas pelas relações de poder. Para Raffestin (1980, p. 143) a formação do território:

[...] é o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático: ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente (por exemplo, pela representação), o ator “territorializa” o espaço. O território nessa perspectiva, é um espaço onde se projetou um trabalho, seja energia e informação, e que por consequência, revela relações marcadas pelo poder.

O autor aborda o conceito como um espaço apropriado pelas relações do homem em sociedade, marcado pela produção e reprodução do trabalho humano, com definições claras das relações de poder, é, portanto, um espaço onde se projetaram as forças de trabalho. Souza (1995) também entende esse como um espaço definido e delimitado pelas relações de poder, definição que vai de encontro à obra de Sack (1986, apud Valverde, 2004, p.121) onde o território “constitui a expressão de uma área dominada por um grupo de pessoas e, através desse domínio, a possibilidade de controlar, dominar ou influenciar o comportamento de outros”.

Seguindo essas definições fica clara uma nova abordagem conceitual, quando se reconhece que o território pode ser entendido como área de influencia, deixando de lado apenas o caráter espacial. Souza (1995) critica as leituras e abordagens conceitual de modo geral e propõe uma outra leitura, onde o autor apresenta uma flexibilização territorial, quando afirma que as fronteiras nem sempre são bem definidas e fixas, podendo assim ser descontínuas. Um território descontínuo apresenta variações constantes de suas fronteiras, que surgem, desaparecem ou se expandem de acordo com a necessidade, na qual os fluxos de pessoas, mercadorias, informações podem ser aspectos definidores.

Dessa maneira a leitura territorial na perspectiva da região metropolitana fica clara, pois a área física de uma região metropolitana obedece limites territoriais específicos, como no caso da metrópole e dos municípios que compõem a RM, porém sua influencia vai além desses limites espaciais pré-estabelecidos. Carlos (2013) aponta que o processo de metropolização acompanha e realiza o movimento constitutivo da metrópole, onde as formas e conteúdos, fixos e fluxos são definidos a partir das lógicas de acumulação capitalista do centro, e que a produção do espaço das áreas não centrais (periferias) acompanham a produção da metrópole, porém, com novas lógicas/formas de expansão do tecido urbano, marcado pela “contradição do centro e periferia, centralidade dispersão, reunião e segregação” (Carlos, 2013, p.39).



Corrêa (1995) entende que o espaço urbano é simultaneamente fragmentado e articulado. Se tratando da metrópole como polarizadora na dinâmica das RM's é possível perceber relações espaciais do centro com a periferia, com constantes trocas de bens, ideias, informações e conteúdos que manifesta a produção dos arranjos internos das cidades componentes dessa lógica.

### **Senador Canedo e a Metrópole Goianiense**

Senador Canedo nos últimos anos do século passado apresentava uma dinâmica econômica e populacional pouco desenvolvida, pois não era foco do contingente populacional direcionado à Goiás de modo geral e não apresentava um setor industrial, de produção, de comércio ou serviços potente, ou seja, sua arrecadação era pouco significativa o que não representava um atrativo populacional.

Atualmente, todos esses fatos não representam mais a dinâmica socioespacial ou produtiva de Senador Canedo. Dados da Secretaria de Estado de Gestão e Planejamento do Estado de Goiás (SEGPLAN, 2009) revelam que o município entre os mais dinâmicos do Estado de Goiás, além de se apresentar como um dos principais arrecadadores de Impostos sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) do Estado. Fator esse possível devido à instalação de empresas em seu território nos últimos anos, especialmente as ligadas ao segmento de distribuição de combustíveis, que por sua vez só foram possíveis graças à instalação da BRASPETRO no município.

A BRASPETRO é uma subsidiária da Petrobras, e que se instalou no município no ano de 1996 e atua como um Centro Distribuidor de Petróleo e Derivados, que atende ao município e também desenvolve um papel de distribuição regional. Ao se tratar da lógica municipal é evidente que houve uma contribuição no sentido de atrair população, devido às vantagens como geração de emprego e renda, que ocasiona por sua vez maior desenvolvimento da cidade, crescimento urbano, aumento de fluxos, expansão da malha urbana, mesmo que de forma desordenada.

Atualmente se trata de um dos municípios mais dinâmicos do Estado de Goiás, esse fato se dá devido ao Produto Interno Bruto (PIB) municipal, hoje sexta (6ª) maior de Goiás, isso se dá, dentre outros fatores, por que o município possui “[...] 40 distribuidoras de combustíveis, três distribuidores de Gás Liquefeito de Petróleo e 10 transportadoras que, juntas, geram uma grande demanda por serviços” SEGPLAN (2009, p. 15). Além de empresas ligadas ao setor de combustíveis, outras empresas instaladas no município contribuem para esse dinamismo econômico e sua inserção diferenciada no contexto de Região Metropolitana de Goiânia, são 1.052 empresas em atividade.

Com um crescimento econômico em evidencia, o aspecto demográfico também se reconfigura, trata-se de um fator relevante neste processo de afirmação do território, onde se percebe um relevante aumento populacional nos últimos anos, fator que se explica pela relação economia industrial e terciária forte e crescimento demográfico. Em uma comparação do Censo de Pirenópolis – Goiás – Brasil

20 a 22 de outubro de 2015

2000 e 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), observa-se que a população que era de 53.105 mil habitantes, passou para 84.443, representando um aumento de aproximadamente 60% da população do município.

Pode-se destacar ainda a questão do transporte coletivo intermunicipal no caso da metrópole e de Senador Canedo como sendo um ponto de dependência e que atraiu população ao longo dos anos. Dois pontos merecem destaque quando se trata da mobilidade inter e intraurbana, o que se refere ao período antes da instalação do terminal de ônibus de Senador Canedo e após a instalação desse equipamento urbano, pois esse equipamento na Visão de Lima (2010) alterou significativamente a dinâmica intraurbana do município.

A Lei 1.224/07 aprova a criação do Terminal de Integração do Transporte Coletivo de Senador Canedo, com o nome de Oswaldo Agostinho Cardoso, que altera radicalmente, como já mencionado, a dinâmica do espaço intraurbano canedense. Antes da Lei outra configuração prevalecia no que diz respeito ao transporte coletivo integrado na Região Metropolitana, considerando os municípios de Goiânia e Senador Canedo interligados e dependentes um do outro. As lógicas vigentes estavam associadas unicamente a demanda de linhas oferecidas pela metrópole goianiense, o que ocasionava dificuldades de acesso nos diversos pontos da cidade em decorrência de uma dependência maior de Goiânia (Lima, 2007, 2010).

As linhas que operavam antes da instalação do Terminal de Transportes Oswaldo Agostinho Cardoso, saíam em sua maioria do Terminal do Novo Mundo na Região Leste de Goiânia, com linhas que iam para a Morada do Morro e Santa Marta (Senador Canedo), e Caldazinha (GO). Outras duas saíam do Terminal Praça da Bíblia na Região Central da capital com destinos à Senador Canedo (Praça da Bíblia Goiás-Carne) e Bela Vista (Bela Vista/Caldazinha/Goiânia), essas linhas não promoviam uma integração intraurbana em Senador Canedo e são datadas de 1960 a 1990, apesar de operar no território canedense, não ligava os bairros à região central da cidade o que promovia uma conexão do município com a metrópole.

Após a criação do Terminal de Ônibus pode-se dizer que houve uma integração maior no que tange a população com o centro da cidade e com os equipamentos internos do espaço urbano de Senador Canedo, considerando que há uma reafirmação e ressignificação do centro na dinâmica urbana. Com o terminal Senador Canedo novas linhas foram criadas, são elas: Caldazinha, Monte Azul, Jardim Flamboyant, Jardim Canedo II, Jardim das Oliveiras e Jardim Boa Vista. Foram criadas com o intuito de promover maior e melhor mobilidade urbana e integrar o espaço canedense reafirmando a importância da cidade aos seus usuários e moradores, essas linhas foram criadas em 2008 (RMTC, 2015).

Lima (2010, p.122) considera que essas mudanças são significativas pois favorece:

[...] o deslocamento dos usuários nos diversos pontos da cidade. Além disso, como é de se esperar, houve uma maior valorização econômica das moradias ao longo dos eixos rodoviários de transporte em decorrência da melhoria do acesso que, por sinal, tem se mostrado estruturador das centralidades emergentes nos arrabaldes da metrópole goiana.





Segundo o autor a questão das mobilidades e melhorias de acesso pode promover significativas mudanças nas taxas de crescimento populacional, o que pode-se dizer que é mais um fator que favoreceu e favorece o aumento do contingente populacional em Senador Canedo e afirmação do seu território no entorno da metrópole. Após 2008 novas linhas começaram a operar no município, a destacar: Direto – Terminal Novo Mundo, Residencial Buritis e Vila Galvão, que (re) afirmam o espaço urbano de Senador Canedo, corroborando para um aumento contínuo dos fluxos de pessoas e dinamizando o espaço intraurbano.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Constatou-se até o presente momento que a urbanização é um fenômeno recente no caso brasileiro e goiano e que urbanização e metropolização são processos indissociáveis. A metrópole goiana, instituída no ano de 1999 pelo Governo do Estado, nasce fora do padrão para uma Região Metropolitana criada pela esfera federal, pois os aspectos antes considerados eram: densidade demográfica, quantitativo populacional, processos de conurbação, capacidade de polarização e a diversificação de funções, no caso de Goiânia um dos fatores considerados foi a elevação do status da cidade ao nível de metrópole, desconsiderando os demais aspectos.

No caso de Senador Canedo (GO) constatou-se que o município nasce obedecendo as mesmas lógicas de (re) produção e padrões da capital do Estado e que trata-se de uma das maiores economias do Estado, com um setor terciário forte, principalmente ao aspecto ligado a distribuição petroquímica e seus derivados, e que o município possui uma elevada arrecadação de ICMS, fator esse ligado ao Centro de Distribuição de Petróleo e Derivados.

## AGRADECIMENTOS

À Universidade Estadual de Goiás, pelo amparo e fomento à esta pesquisa, me concebendo a bolsa de pesquisa stricto sensu, onde pude me dedicar em tempo integral a esta pesquisa.

## REFERÊNCIAS

ALENCAR, Diego Pinheiro. **Metropolização e Mobilidade:** Análise dos Deslocamentos Intrametropolitanos de Estudantes na Região Metropolitana de Goiânia, 2010 a 2013. 2014. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Estudos Sócio-Ambientais, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2014.

CARLOS, Ana Fani A. Dinâmica Urbana e Metropolização. In: Ferreira, Álvaro et. al. (orgs.) **Metropolização do Espaço:** gestão territorial e relações urbano-rurais. Rio de Janeiro: Editora Consequência, 2013. P. 35 – 52.

CORRÊA, Roberto Lobato. **A Produção do Espaço Urbano.** 3ª ed. São Paulo (SP): Ática, 1995.

LENCIONI, Sandra. Metropolização do Espaço: processos e dinâmicas. In: Ferreira, Alvaro et. al. (orgs.) **Metropolização do Espaço:** gestão territorial e relações urbano-rurais. Rio de Janeiro: Editora Consequência, 2013. P.

Pirenópolis – Goiás – Brasil

20 a 22 de outubro de 2015

BRASIL. IPEA. Comunicados do IPEA, n. 116. Brasília, 13 de Outubro de 2011.

HAESBAERT. **O Mito da Desterritorialização**: Do “Fim dos Territórios” à Multiterritorialidade. 7ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

LIMA, Leandro Oliveira de. **Reestruturação Intra-Urbana em Senador Canedo**: A implantação do “shopping” Senador Center e os impactos socioespaciais ocorrido na avenida dom Emanuel. Monografia (Licenciatura em Geografia). – Unidade Universitária de Ciências Socioeconômicas e Humanas, Universidade Estadual de Goiás, Anápolis, 2007.

\_\_\_\_\_. **Rearranjos nos Espaços da Metrópole Goiana**: As metamorfoses recentes no espaço urbano de Senador Canedo. 2010. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Estudos Sócio-Ambietais, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2010.

LUZ, Janes Socorro da. **A Reprodução do Espaço de Anápolis (GO)**: a trajetória de uma cidade média entre duas metrópoles, 1970-2009. 2009. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2009.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do Poder**. Tradução: Maria Cecília França. Paris. Ática, 1980.

RUDIO , P. **Metodologia Científica**. São Paulo: Atlas. 2007.

SANTOS, Milton. **A Urbanização Brasileira**. São Paulo: EdUSP, 2009.

\_\_\_\_\_. SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. **O Brasil**: território e sociedade no início do século XXI. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SEGPLAN. **Relatório do PIB goiano de 2009**. Disponível em: <<http://www.imb.go.gov.br/>> acesso em: 05/04/2014.

SEPLAN. **Secretaria de Planejamento Urbano e Desenvolvimento do Estado de Goiás**. Disponível em: <[www.seplan.go.gov.br](http://www.seplan.go.gov.br/)> acesso em: 14/05/2012.

SOUZA, Marcelo J.L. **O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento**. In: CASTRO, Iná E. (et alli) Geografia: Conceitos e Temas. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1995. pp.77-116.

VISCONDE, Maria Santana Xavier. **Um lugar na metrópole**: o bairro jardim das oliveiras no município de Senador Canedo (GO). 2002. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Estudos Sócio-Ambietais, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2002.

VALVERDE, Rodrigo R. H. F. Transformações no Conceito de Território: Competição e Mobilidade. **Geousp – Espaço e Tempo**, São Paulo, Nº 15, pp. 119 - 126, 2004.